



25200000800545



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE GESTÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 25/2000-0080054-5 INEXIGIBILIDADE Nº 9106/2026

É INEXIGÍVEL de licitação a despesa abaixo especificada, em observância à fundamentação legal (Lei Federal 14.133/21, Art. 74, V) e demais disposições que regulam a matéria e em consonância com o parecer jurídico em fls nº 153 até nº 160, acostado aos autos, exigência do artigo 72, inciso III, do mesmo diploma.

OBJETO:	Locação de um imóvel para uso e funcionamento da 16ª CRS.
Empresa:	ZARTH ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA.
CNPJ:	07.207.443/0001-05
Valor Mensal:	R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)
Valor Anual:	R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)

Declaro INEXIGÍVEL DE LICITAÇÃO a presente despesa.

Assinatura do Ordenador de despesa

Autorizo o Ato de Inexigibilidade de Licitação, conforme disposto nos Artigos 72, Inciso VIII da Lei supracitada, bem como autorizo a elaboração do instrumento contratual.

Assinatura da Secretária de Estado



Chave: 25200000799545010098967420260608
CRC: 35.9579.1238

Verificado em 11/06/2026 09:48:39

Página 1 de 3



25200000800545

Nome do documento: Termo Inexigibilidade de Licitação 9106-2026.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Gilmar Tadeu do Nascimento Fonseca

SES / DA-DA-DIR / 116961001

09/06/2026 10:39:05

Documento Assinado Digitalmente



Chave: 25200000799545010098967420260608
CRC: 35.9579.1238

Verificado em 11/06/2026 09:48:39

Página 2 de 3





Nome do arquivo: Termo Inexigibilidade de Licitação 9106-2026.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

Lisiane Wasem Fagundes

10/06/2026 13:40:35 GMT-03:00 88118002004



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020. Para conferir a autenticidade do documento informe CHAVE 25200000799545010098967420260608 e CRC 35.9579.1238, em: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.